

Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook

Suellen Alves de Melo Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9674-595X>
 alvesdemelo.s@gmail.com

Ivana Parrella Universidade Federal de Minas Gerais, MG, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-0831-148X>
 ivanaparrella@ufmg.br

Resumo Apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado elaborada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais cujo objetivo foi compreender como os documentos fotográficos são difundidos nas redes sociais virtuais, especificamente no Facebook. Para isso, foram selecionadas três instituições arquivísticas brasileiras, o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Como metodologia, as páginas do Facebook dos Arquivos selecionados foram analisadas por dois anos, 2017 e 2018, e os técnicos que gerenciam as redes sociais dessas instituições foram entrevistados. Os resultados apontam que o documento fotográfico é o gênero documental mais difundido no Facebook, tendo em vista que o público tem interesse por esse conteúdo, uma vez que a fotografia evoca memórias pessoais e coletivas. As postagens com fotografias são usadas sobretudo para o compartilhamento de temáticas voltadas a efemérides, lugares e personalidades públicas. Os fundos mais usados são provenientes da produção jornalística e de assessoria de comunicação do Estado. O trabalho propõe que as instituições possuam políticas de difusão integradas em suas políticas arquivísticas com o objetivo de estabelecerem todos os aspectos de sua atuação

Palavras-chave Difusão. Documentos fotográficos. Facebook. Arquivos públicos brasileiros.

Diffusion of photographic documents: analysis of experiences of three Brazilian archival institutions on Facebook

Abstract It presents the results of a master's research developed in the Graduate Program in Information Science at the Federal University of Minas Gerais, whose objective was to understand how photographic documents are disseminated on virtual social networks, specifically on Facebook. For this, three Brazilian archival institutions were selected, the National Archive, the Public Archive of the State of São Paulo and the Public Archive of the City of Belo Horizonte. As a methodology, the Facebook pages of the selected Archives were analyzed for two years, 2017 and 2018, and the technicians who manage the social networks of these institutions were interviewed. The results show that the photographic document is the most widespread documentary genre on Facebook, considering that the public is interested in this content, since photography evokes personal and collective memories. Posts with photographs are mainly used to share themes related to ephemeral, places and public personalities. The most used funds come from the state's journalistic production and press office. The work proposes that institutions have dissemination policies integrated into their archival policies with the aim of establishing all aspects of their performance.

Keywords Diffusion. Photographic documents. Facebook. Brazilian public archives.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 05/05/2021
 Aprovado em 02/08/2021
 Publicado em 13/08/2021

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) cujo objetivo foi compreender como os documentos fotográficos são difundidos pelas instituições arquivísticas brasileiras no Facebook (MELO, 2019a). Enquanto função arquivística, compreendemos a difusão tanto como uma forma de divulgar informações sobre acervo documental, produtos e serviços de um Arquivo quanto a realização de ações que aproximem o público a essa instituição de uma maneira mais estreita, por exemplo, por meio de visitas guiadas e exposições. Portanto, a difusão é uma função essencial para serviços de arquivo e instituições arquivísticas, visto que, por intermédio de suas ações, a sociedade toma conhecimento dos conjuntos documentais, promovendo o interesse à consulta deles.

O objeto da pesquisa surgiu tendo em vista os resultados de um trabalho anterior, com o qual discutimos o lugar da fotografia nos Arquivos públicos municipais, a partir de um estudo de caso (MELO, 2017). À época, concluímos que o documento fotográfico possui lugar privilegiado no fazer arquivístico, recebendo destaque nas práticas de descrição, digitalização e ações educativas, dentre outras. Essa situação ocorre, entre outros fatores, devido a fotografia se dirigir ao nosso ser de maneira singular, dialogando, principalmente, com nossas memórias pessoais e coletivas.

O lugar da fotografia nas instituições arquivísticas também tem estreita relação com a forma como esse documento foi compreendido pelos teóricos da Arquivologia a partir do momento em que passou a ser considerado arquivístico. Lacerda (2008), ao analisar diversos trabalhos da área, aponta que o documento fotográfico, quando comparado ao documento textual, foi considerado um documento especial, necessitando de cuidados diferenciados, sobretudo, no que diz respeito às técnicas de preservação, o que possibilitou que ele fosse, muitas vezes, separado do restante de seu conjunto documental, e, por conseguinte, emudecido pela falta de informações acerca de sua proveniência.

Dessa maneira, buscamos analisar como a fotografia é difundida no Facebook de instituições arquivísticas brasileiras, visto que essa rede social é muito usada pelos Arquivos para a difusão de seus acervos documentais e informações institucionais. Portanto, seria possível verificar, entre outros aspectos, em que medida o documento fotográfico é ou não mais difundido em comparação às demais postagens, como outros gêneros documentais, eventos e publicações editoriais. Para alcançar o objetivo proposto, selecionamos três instituições arquivísticas brasileiras de diferentes entes federativos (federal, estadual e municipal), que possuem práticas de difusão

consolidadas no país, além de possuírem a custódia de documentos fotográficos e estarem presentes no Facebook. Como resultado, o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) foram escolhidos.

Ao longo deste artigo, apresentaremos os resultados da pesquisa, que foram obtidos por meio de entrevistas com responsáveis da difusão nas instituições selecionadas e pela análise das páginas do Facebook, durante o período entre 2017 e 2018. Além disso, discutiremos a respeito da difusão, a partir de sua definição, de suas práticas e de sua política institucional, e sobre o lugar do documento fotográfico nesse tipo de difusão *on-line*.

2 DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA: DEFINIÇÕES, PRÁTICAS E POLÍTICA

Compreender o significado de um termo é importante para situar os indivíduos nas discussões teóricas de uma área. Por esse motivo, buscamos a definição de difusão em diversos trabalhos com temáticas arquivísticas, a partir de uma revisão bibliográfica que abarcou dicionários terminológicos, artigos, teses, dissertações e publicações institucionais. Enquanto alguns autores consideram a difusão apenas como uma forma de divulgação de determinada informação acerca dos Arquivos, outros concordam que a difusão também engloba atividades nas quais os indivíduos têm atuação decisiva, por exemplo, em práticas de educação patrimonial, visitas monitoradas e exposições.

Encontramos nos trabalhos analisados termos como divulgação, disseminação da informação e mediação (ALDABALDE; RODRIGUES, 2015; ARQUIVO NACIONAL, 2005; BELLOTTO, 2006; CAMARGO *et al.*, 2010). Cada um deles engloba parte da definição que adotamos na pesquisa, a qual considera tanto a divulgação institucional quanto a interação do público com os Arquivos. No livro “Arquivos permanentes: tratamento documental”, Bellotto (2006) corrobora com nosso entendimento ao afirmar que os serviços de difusão cultural percorrem dois caminhos de trabalho, já que difundem conteúdos da instituição para o público e permitem o retorno dele a partir dos serviços oferecidos pelo Arquivo.

Tivemos a oportunidade de questionar o conceito de difusão arquivística mais detalhadamente durante a etapa de entrevistas e percebemos que os técnicos responsáveis pelas áreas de difusão e redes sociais do Arquivo Nacional, APESP e APCBH consideram a difusão como uma forma de aproximar os acervos documentais às pessoas. O entrevistado da instituição federal acredita que a difusão é “[...] essa maneira de espriar o acervo, fazendo com que ele possa ter outros usos [...]” (ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL, 2019). O técnico do Centro de Difusão e

Apoio à Pesquisa do APESP considera que a função é responsável por tornar conhecidos os documentos sob a custódia dos Arquivos, possibilitando o acesso aos mesmos (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). Para a técnica do APCBH, a difusão é uma forma de promover o acesso aos acervos documentais, serviços e produtos de instituições arquivísticas (ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019).

Portanto, seja como divulgação ou como realização de atividades mais interativas com o público de Arquivo, como visitas e eventos institucionais, a difusão tem estreita relação com o acesso aos documentos, função primordial das instituições arquivísticas. Na literatura, encontramos algumas atividades que englobam a difusão arquivística, como produção editorial (livros e revistas, por exemplo), instrumentos de pesquisa, visitas guiadas, eventos, sítios eletrônicos e redes sociais.

A produção editorial, principalmente a publicação de revistas, é uma atividade tradicionalmente desempenhada pelos Arquivos brasileiros. Um exemplo é a Revista do Arquivo Público Mineiro, que, desde 1896, é publicada pela instituição, apresentando, aos seus leitores, temas históricos e, mais recentemente, discussões arquivísticas (PARRELA, 2013). Ainda dentro da linha editorial, temos os instrumentos de pesquisa, como guias e inventários, que são materiais responsáveis por mostrar, aos consulentes, de uma maneira genérica ou específica, os conjuntos documentais sob a guarda de instituições arquivísticas.

A visita guiada é um tipo de atividade de difusão responsável por apresentar ao público o acervo documental, as instalações físicas do Arquivo, assim como seus produtos e serviços. Normalmente, as instituições arquivísticas moldam os roteiros das visitas de acordo com o perfil do público. Para um público infantil talvez seja interessante apresentar um vídeo institucional com uma linguagem apropriada à idade das crianças, além de fac-símiles de documentos para que elas possam ter uma experiência mais próxima dos conjuntos documentais e jogos educativos sobre o acervo, entre outras ações. Por outro lado, uma visita técnica pode ter seu foco voltado para um acervo documental específico que seja o tema de discussão de uma turma de graduandos de determinado curso de História, por exemplo.

Além das publicações editoriais e visitas, as instituições arquivísticas também promovem eventos, como conferências, congressos, cursos, exposições, palestras e seminários, entre outros. Como o objetivo principal da difusão é tornar os acervos documentais conhecidos pela sociedade, normalmente, os Arquivos utilizam dos eventos para levantar alguma discussão relacionada aos conjuntos documentais sob a sua guarda. Além do formato presencial, têm-se tornado cada vez

mais frequente a transmissão ao vivo de eventos promovidos pelas instituições arquivísticas, sobretudo, por meio de suas redes sociais, como Facebook e YouTube.

Outro tipo de atividade de difusão é o emprego de sítios institucionais e redes sociais para a divulgação de diversos conteúdos, como documentos, serviços e produtos dos Arquivos. Enquanto o sítio eletrônico tem um caráter formal, nas redes sociais, as instituições arquivísticas podem interagir com o público de uma forma mais próxima e, muitas vezes, com uma linguagem informal. Todavia, conforme constatamos nas entrevistas realizadas com os técnicos das instituições analisadas, as redes sociais possuem a desvantagem de serem plataformas privadas, enquanto os sítios institucionais são gerenciados pelos próprios Arquivos. Por isso, alguns técnicos nos relataram que utilizam a estratégia de conduzir o usuário de suas páginas do Facebook aos seus sítios institucionais, por meio de *links* inseridos nas postagens.

Contudo, não é realidade de todas as instituições arquivísticas o gerenciamento próprio dos sítios eletrônicos, visto que algumas vezes o conteúdo delas acaba sendo engessado em estruturas burocráticas de portais da administração pública na internet. Esse fato deve-se também à questão de muitos setores de comunicação de estruturas governamentais brasileiras terem dificuldade de produzir processos de comunicação institucional pensados a partir do lugar dos Arquivos, assim como a incompreensão prática de o que é difusão arquivística. Como as instituições arquivísticas, muitas vezes, são invisibilizadas pelo Estado, no momento de produzir processos comunicacionais para esses órgãos, a atuação dos setores de comunicação é insuficiente. É nesse percurso que surgem as páginas da internet de Arquivos com cores de envelope pardo e aparências pouco atrativas, por exemplo.

Todas as atividades de difusão citadas devem ser promovidas por meio de uma política institucional de difusão, conforme aponta Bellotto (2006). De modo simplificado, essa política é um documento elaborado pela equipe de difusão e por outros técnicos dos Arquivos — com base em instrumentos legais que versam sobre arquivos —, no qual devem ser pontuados todos os elementos relacionados à realização de determinada atividade de difusão, como o tipo de ação, o público atingido, o acervo documental empregado, os recursos necessários (materiais, humanos e financeiros), meio de divulgação, local de realização, período e horário, entre outros elementos.

A elaboração de uma política institucional voltada à difusão arquivística não é uma tarefa simples ou que demanda pouco tempo em sua elaboração. Por isso, é necessário o engajamento de toda a instituição arquivística, assim como a participação da sociedade civil, por exemplo, por meio de estudos de usuários de arquivo. Durante esse processo, algumas perguntas se tornam

essenciais, como “Por que difundir? Para que difundir? Para quem difundir? O que difundir?”. Esses questionamentos são fundamentais porque a difusão é um processo que envolve poder, uma vez que seus processos estão alicerçados em aspectos de controle e eliminação, que são “[...] dados por filtros técnicos, sociais, políticos e econômicos.”, conforme aponta Koyama (2015, p. 29). Compreender a difusão apenas sobre o olhar simplificado de democratização do acesso é negar o fato de que toda difusão pressupõe escolhas e que, de modo geral, é por meio delas que o público vai tomar consciência da existência dos acervos documentais custodiados pelas instituições arquivísticas e, conseqüentemente, demandará seu acesso.

3 UM POUCO DE HISTÓRIA: AN, APESP E APCBH

Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte são instituições arquivísticas que fazem parte de estruturas administrativas do Poder Executivo, as quais são responsáveis, cada uma em sua esfera de atuação, pela implementação de políticas de arquivo, além da promoção de atividades voltadas à custódia, à preservação e ao acesso de documentos permanentes.

Em 1823, na Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa, o deputado Pedro de Araújo Lima solicitou a criação do Arquivo Público do Império, entretanto, apenas em 1838, a instituição foi criada, com a finalidade de custodiar e preservar os documentos do Estado brasileiro (COSTA, 2000). Ao contrário dos Arquivos nacionais europeus, os documentos sob a guarda do Arquivo Público do Império eram consultados sobretudo pelo Estado, cenário que começou a ser alterado apenas em 1860, a partir do Decreto nº 2.541, do qual dispunha sobre a elaboração de instrumentos de pesquisa e a permissão ao acesso aos documentos nas dependências do Arquivo (ESTEVÃO; FONSECA, 2010).

O Arquivo Público do Império era uma instituição frágil politicamente, com orçamentos reduzidos e instalações precárias (COSTA, 2000). Sediado na capital carioca, a instituição teve ao menos quatro endereços entre 1839 e 1870 (ARQUIVO NACIONAL, 2012). Em 1889, teve seu nome alterado para Arquivo Público Nacional e, mais tarde, em 1911, passou a ser nomeado Arquivo Nacional. No presente período, ano de 2021, a instituição faz parte da estrutura administrativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública e possui, em seu organograma, diversas coordenações, entre elas, a Coordenação-Geral de Acesso e Difusão Documental, que possui, como responsabilidade, o planejamento e a coordenação de atividades relacionadas ao acesso, difusão e

divulgação dos acervos (arquivísticos e bibliográficos) sob sua guarda (ARQUIVO NACIONAL, 2018; BRASIL, 2019).

Entre as atividades de difusão, a instituição promove eventos, visitas, exposições, além de publicar obras editoriais e instrumentos de pesquisa. O Arquivo Nacional também possui uma forte atuação na internet, a partir de seu sítio institucional, portais temáticos e redes sociais. A instituição está inserida em diversas comunidades virtuais, como Facebook, Flickr, Instagram, LinkedIn, Mixcloud, Pinterest, Twitter e YouTube. A presença do AN nas redes sociais foi destacada pelo técnico entrevistado como a atividade de difusão mais importante da instituição, visto que o alcance de público das postagens é grande. Além disso, o entrevistado também mencionou as exposições (presenciais e virtuais), visitas e portais temáticos, por exemplo, o “Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira” e o “Que República é Essa? – Portal Estudos do Brasil Republicano” (ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL, 2019).

O Arquivo Público do Estado de São Paulo também teve sua criação definida em período anterior à sua constituição efetiva. A Lei nº 20, de 08 de março de 1842, determinava que o Arquivo Público Provincial fosse organizado a partir de três seções: Seção Legislativa, Seção Administrativa e Seção Histórica. Todavia, somente em 1892, a instituição foi criada com o nome de Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado (SÃO PAULO, 1842; 1892). A área de estatística possuía grande notoriedade para o Estado, por esse motivo, em 1936, ela passou a compor um órgão próprio, por sua vez, a Repartição teve seu nome alterado para Departamento de Arquivo do Estado (MARTINS, 2013). A partir do Decreto nº 29.922 de 1957, o Departamento recebeu sua configuração legal. Naquela época, ele estava subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e já tinha em suas atribuições atividades voltadas à difusão, como, a promoção de exposição permanente de documentos históricos (BARBOSA, 2013; SÃO PAULO, 1957).

Ao longo dos anos, o Arquivo fez parte da estrutura administrativa de diferentes secretarias. Em 2007, já como Arquivo Público do Estado de São Paulo, a instituição passou a compor o organograma da Casa Civil do governo paulista. A partir de 2009, coube ao APESP a responsabilidade pela formulação e implementação da política estadual de arquivos, bem como pelo recolhimento, preservação, difusão e acesso dos documentos considerados de guarda permanente (SÃO PAULO, 2009). A instituição possui, em sua estrutura administrativa, o Departamento de Preservação e Difusão do Acervo, pelo qual é composto pelos seguintes centros: Centro de Acervo Permanente; Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico; Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa (CDPA), e Centro de Preservação.

O CDPA possui suas atribuições voltadas à promoção de condições de acesso, ao desenvolvimento de programas e projetos de divulgação do acervo, assim como à elaboração e ao gerenciamento da produção editorial da instituição. Em consequência, o Centro está subdividido em alguns núcleos, a saber, Núcleo de Ação Educativa, Núcleo de Assistência ao Pesquisador, Núcleo de Atendimento ao Público e Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca (SÃO PAULO, 2009). Essa configuração nos ajuda a visualizar as linhas de atuação do APESP no que diz respeito à difusão: ação educativa, produção editorial, promoção ao acesso, visitas e realização de eventos.

Em 1894, a instituição inaugurou sua atuação editorial com a publicação do primeiro número da coleção “Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo” (BARBOSA; SILVA, 2012). Ainda em 2021, o APESP permanece com a publicação de livros, revistas e instrumentos de pesquisa. Também promove eventos, como cursos, seminários e palestras, dentre outros. A promoção de exposições é uma constante da instituição, algumas delas estão disponíveis em formato virtual e podem ser acessadas em seu sítio eletrônico. Além disso, o APESP também recebe visitas em suas dependências e oferece atividades educativas. Possui ainda portais temáticos, como o “Imigração em São Paulo”, além de estar presente em algumas redes sociais, como Facebook, Flickr,¹ Instagram, Twitter e YouTube.

Embora o técnico do APESP tenha citado as publicações editoriais, as atividades de cunho educativo e as redes sociais como práticas importantes da difusão, para ele, a disponibilização de instrumentos de pesquisa é a ação mais efetiva de difusão, visto que essas publicações apresentam o acervo documental de uma maneira geral, sem dar ênfase em apenas um documento como ocorre, por exemplo, em uma postagem no Facebook (ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). Todavia, sabemos que os instrumentos de pesquisa também são elaborados a partir de uma seleção de critérios, a qual tenciona os interesses da instituição ou mesmo de seu corpo técnico.

Das três instituições analisadas na pesquisa, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte é o que foi criado mais recentemente, já que a instituição data de 1991. As discussões iniciais em torno da criação do APCBH foram baseadas na ideia de Arquivo Moderno, na qual foi concretizada por meio de suas responsabilidades, a saber, implementar a política de arquivo, bem como atuar

¹ Durante a pesquisa, não encontramos o Flickr do APESP a partir de seu sítio eletrônico. Também não o recuperamos no buscador Google ou no campo de pesquisa do Flickr. Encontramos nessa rede social apenas o perfil do Governo do Estado de São Paulo, no qual havia um álbum com fotos do Arquivo. Todavia, no novo sítio eletrônico da instituição, lançado, em 2021, conseguimos acessar o perfil do APESP no Flickr. Ainda em tempo, nos desculpamos pelo equívoco. Disponível em: <https://www.flickr.com/people/arquivoestadosp>. Acesso em: 14 mar. 2021.

na gestão de documentos e na preservação do patrimônio documental da capital mineira. Apesar disso, a instituição foi inserida na área cultural da estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), situação que ainda não foi alterada, já que, ainda em 2021, o APCBH continua sendo um equipamento da Fundação Municipal de Cultura (BELO HORIZONTE, 2017).

A instituição possui, em sua estrutura, o Setor de Pesquisa, Difusão Cultural e Educação Patrimonial, no qual, entre outras competências, é responsável pela produção editorial do APCBH, promoção de eventos e visitas e elaboração de propostas de educação patrimonial. O Arquivo tem atuação destacada em atividades focadas para o público infanto-juvenil, entre elas, estão diversas publicações editoriais, como a “Coleção história de bairros de Belo Horizonte” e “Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a cartilha do cidadão”. Desde 1993, o APCBH promove o projeto Novos Registros – Banco de Teses sobre Belo Horizonte, evento no qual são convidados pesquisadores cujos trabalhos foram elaborados por meio de fontes documentais sob a guarda da instituição, para apresentarem à sociedade os resultados de seus trabalhos. Esse projeto possui lugar de destaque na instituição, já que, ao mesmo tempo em que as pesquisas acadêmicas são apresentadas ao público, o APCBH também toma parte dessa visibilidade e se torna mais próximo das pessoas. O projeto inclusive foi citado pela técnica entrevistada como uma das principais atividades de difusão do Arquivo (ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019).

Assim como as outras instituições analisadas, o Arquivo da capital mineira também promove exposições físicas e virtuais. As últimas exposições valorizaram o acervo documental arquitetônico sob a sua custódia. Além dessa atividade, a instituição recebe visitas, tanto do público infantil, como do público especializado, como estudantes da graduação e técnicos de outras instituições. Na produção editorial, destacam-se as recentes publicações da série “O arquivo e a cidade”, como o volume “Entre lembranças e fotografias: a experiência do Cestas da Memória” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016). Essa publicação apresenta o projeto Cestas da Memória, que é responsável por identificar documentos fotográficos sob a guarda do APCBH, com a ajuda de voluntários.

A instituição também edita a REAPCBH – Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, além de publicar instrumentos de pesquisa, como guias, inventários e catálogos. Na internet, é possível encontrar o APCBH no Portal PBH e em sua página do Facebook. Nessa rede social, a instituição compartilha, desde 2012, postagens que difundem os conjuntos documentais,

bem como informações institucionais, como visitas, eventos e comunicados de funcionamento, entre outros conteúdos.

4 DIFUSÃO NO FACEBOOK: NARRATIVAS FOTOGRÁFICAS

Para sabermos como os documentos fotográficos são difundidos nas páginas do Facebook das instituições analisadas, coletamos as postagens publicadas na linha do tempo dessa rede social entre 2017 e 2018. Também tivemos que verificar os álbuns de fotos e vídeos de cada uma das páginas analisadas, visto que algumas postagens não puderam ser recuperadas somente pela linha do tempo. Criamos categorias de difusão para contabilizarmos cada uma das postagens cuja organização abrangeu acervo documental, produtos e serviços difundidos pelos Arquivos selecionados na pesquisa. Entrevistamos os técnicos responsáveis pelas práticas de difusão e gerenciamento das redes sociais do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer suas políticas de difusão *on-line*, especificamente em relação ao Facebook.

O resultado da análise foi sistematizado em quadros separados por instituição. Todavia, neste artigo, apresentamos os dados de maneira global, com a finalidade de indicar os principais e conseguirmos discutir os pontos mais importantes. Apesar de cada um dos Arquivos possuir uma dinâmica diferente na atuação no Facebook, as categorias de difusão mais empregadas são uma constante no Arquivo Nacional, APESP e APCBH. Dessa forma, as instituições analisadas usam a rede social basicamente para difundir eventos, publicações e documentos, com destaque para o documento fotográfico.

A fotografia foi o gênero documental mais difundido pelas três instituições no Facebook. Entre 2017 e 2018, o APCBH publicou 385 postagens, dessas 31 difundiam documentos fotográficos. No mesmo período, o Arquivo Público do Estado de São Paulo publicou 874 postagens, desse total 184 difundiam documentos fotográficos. O Arquivo Nacional publicou, entre 2017 e 2018, 2.549 postagens, sendo que 765 delas difundiam fotografias. Além de a instituição federal ser a que mais publica conteúdos no Facebook, ela também é a que mais difunde documentos fotográficos. Na entrevista com o técnico do AN, soubemos que isso ocorre devido à estratégia da instituição de mostrar ao público que o Arquivo não custodia apenas documentos textuais, mas também possui a guarda de documentos fotográficos.

A instituição mineira teve um ínfimo número de publicações, porque, entre 2017 e 2018, a Prefeitura de Belo Horizonte cogitou desativar páginas de Facebook de diversos órgãos, incluindo o

Arquivo, o que motivou o menor número de postagens. Além disso, na época, o APCBH também estava passando por um momento de reformas em sua sede, o que alterou as atividades do setor responsável pelo gerenciamento da página, proporcionando que uma pequena parcela de conteúdo fosse difundida no Facebook.

Após contabilizarmos as categorias de difusão, fizemos uma análise detalhada das postagens que difundiam documentos fotográficos. De maneira geral, ao postar uma fotografia, o APCBH introduz o documento como parte integrante do texto da postagem, além de disponibilizar seu código de referência e indicar a bibliografia usada para elaborar o texto, conforme pode ser visto na Figura 1. Para sabermos quais eram os conjuntos documentais das fotografias, levamos em conta a indicação do nome do fundo ou coleção e não somente o código de referência. Essa escolha deve-se ao fato de buscarmos compreender se alguém que não conhece a área dos arquivos saberia identificar o conjunto documental. Esta estratégia também foi empregada na análise das páginas dos outros Arquivos.

Assim, em relação à instituição belo-horizontina, identificamos seis fundos e um subfundo, dois deles são privados. O fundo mais difundido é o da Assessoria de Comunicação Social do Município (ASCOM), o que se deve à razão de ser desse órgão, ou seja, registrar eventos e demais cerimônias do governo municipal. Como algumas postagens possuíam mais de uma fotografia, foram difundidos 68 documentos desse gênero.

Figura 1 – Postagem do APCBH



Fonte: Facebook do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2017).

As fotografias foram empregadas em postagens com temas relacionados a efemérides (Dia do Índio, Dia do Professor, Dia do Compositor..., entre outras), locais de Belo Horizonte, acervo documental, história (temática voltada à febre amarela), bem como acerca de determinada situação institucional. Portanto, o documento fotográfico é empregado pelo APCBH em suas postagens no Facebook com o objetivo de aproximar a sociedade da cidade, sobretudo, por meio de efemérides e espaços públicos belo-horizontinos. Para isso, a instituição utiliza principalmente o fundo da ASCOM, já que os documentos fotográficos pertencentes a esse conjunto documental abrangem uma grande diversidade de temáticas.

Assim como o APCBH, o Arquivo Público do Estado de São Paulo também difunde os documentos fotográficos no Facebook com um texto que relaciona a fotografia com a temática abordada. Também foi possível encontrar o código de referência em parte das postagens. Sendo

que, muitas vezes, a fotografia é usada apenas como um item de ilustração da postagem, situação que foi encontrada nos outros Arquivos analisados. Outra questão é que alguns conjuntos documentais ora são identificados como coleção ora como fundos. Por isso, utilizamos o Guia do Acervo do APESP, tanto na versão revisada quanto na versão antiga para identificarmos os acervos arquivísticos difundidos pela instituição.

As 184 postagens publicadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo no Facebook difundiram 250 documentos fotográficos de diferentes fundos e de coleções. De maneira geral, os conjuntos documentais usados para difundir documentos fotográficos reflete o quadro de recolhimentos/doações que a instituição possui. Ou seja, muitos conjuntos difundidos tratam-se de fundos privados de documentos produzidos pela imprensa brasileira, como os fundos Aqui São Paulo, Última Hora, Diários Associados e Movimento, o que, a exemplo do APCBH, se relaciona com o objetivo da postagem. Além desses conjuntos, também foram difundidas fotografias das coleções Fotos de São Paulo, Guilherme Gaensly, Prefeito Mário Covas e Vistas de São Paulo. Outros fundos difundidos foram o Secretaria da Fazenda, Secretaria da Educação, Secretaria dos Transportes, Memorial do Imigrante, Inês Etienne Romeu, entre outros. Contudo, o fundo mais usado foi o do jornal Última Hora.

As temáticas de difusão das postagens com fotografias abrangeram efemérides, personalidades, locais, esportes, acervo documental, institucional e história. Do total de 184 postagens difundidas, 52 publicações foram sobre efemérides, 51 sobre personalidades e 34 sobre locais, entre outras. Cenário semelhante ao do APCBH, exceto no que diz respeito a temática de personalidades. As postagens desse tema são empregadas para comemorar aniversário ou relembrar o falecimento de alguma personalidade nacional ou internacional de áreas como música, televisão, teatro, cinema, literatura, política e esportes. Esse conjunto de temáticas é possível graças aos conjuntos documentais que englobam uma gama de assuntos, como é o caso dos fundos jornalísticos que estão sob a custódia do APESP.

A análise da página do Arquivo Nacional no Facebook revelou que a instituição emprega essa rede social sobretudo para a difusão do acervo documental, com o foco nos documentos fotográficos, visto que essa categoria foi a mais contabilizada em 2017 e 2018. As 765 postagens desse tipo de conteúdo difundiram o total de 816 fotografias de vários conjuntos documentais, a frente deles os fundos Correio da Manhã e Agência Nacional e a coleção Fotografias Avulsas. Assim como o APESP, a instituição também utiliza com frequência os documentos fotográficos de um

fundo privado advindo da imprensa brasileira, a saber, o fundo Correio da Manhã, o qual contém mais de 1 milhão de fotografias.

Com a utilização desse conjunto, o Arquivo Nacional consegue estabelecer diversos temas para suas postagens, conforme vimos a partir da análise das temáticas das publicações. Em primeiro lugar estão as efemérides, seguido pelas postagens sobre personalidades nacionais e internacionais, locais – com o foco para lugares da cidade do Rio de Janeiro –, esportes, entre outros temas. Como os outros Arquivos, o AN também publica o documento fotográfico com texto descritivo relacionado à temática da publicação.

Após a apresentação dos resultados da análise do Facebook, nos detemos ao registro das entrevistas com os técnicos do Arquivo Nacional, APESP e APCBH. A realização de entrevistas semiestruturadas foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, o qual exigiu a elaboração de cartas de anuência institucional e de termos de consentimento livre e esclarecido, instrumentos de pesquisa que foram apresentados, respectivamente, aos gestores das instituições e aos técnicos entrevistados. As entrevistas foram feitas nas sedes dos três Arquivos, a partir do uso de um roteiro de perguntas previamente aprovado pelo Comitê. As falas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, para posteriormente serem analisadas mais detalhadamente. Seguindo os critérios de anonimato, os técnicos entrevistados não foram identificados na pesquisa.

A estrutura da entrevista se pautou em questões gerais sobre difusão arquivística, atuação das instituições na internet, difusão no Facebook e difusão do documento fotográfico. Algumas das questões colocadas aos entrevistados foram: O que é difusão? Qual é a sua importância para o Arquivo? Quais atividades fazem parte da difusão da instituição? Desde quando a instituição possui redes sociais? Quais as vantagens e as desvantagens do emprego do Facebook para as atividades de difusão da instituição? Quais tipos de postagens dão mais retorno do público? As postagens no Facebook são feitas a partir de quais critérios? Em sua opinião, os documentos fotográficos ocupam um espaço privilegiado nas atividades de difusão na página do Facebook da instituição? Por quê? (MELO, 2019a).

A técnica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte relatou que a página do Facebook foi criada em 2012, com objetivo de difundir eventos, projetos e ações pontuais do Arquivo, além de documentos do acervo, memória institucional e demais conteúdos de interesse da instituição e de seus usuários (ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2019). A criação da página no Facebook levou em conta a elaboração de um projeto entregue à Fundação

Municipal de Cultura, dando destaque à instituição como o primeiro equipamento cultural da Prefeitura de Belo Horizonte a possuir uma página no Facebook.

O processo de elaboração de compartilhamento de publicações do APCBH é semelhante aos outros Arquivos analisados. Em período anterior, é elaborado um calendário de postagens levando em conta datas comemorativas e eventos que serão promovidos em breve. A entrevistada também relatou que o fundo mais usado para difundir fotografias é o da ASCOM devido ao conjunto documental possuir muitos documentos desse gênero e por já estar descrito, o que facilita no processo de pesquisa para a produção de conteúdo a ser compartilhado no Facebook.

Os textos das postagens que difundem documentos fotográficos são elaborados considerando as fotografias que serão publicadas e não o contrário. De acordo com a técnica, a fotografia possui lugar de destaque na difusão feita na página do Facebook, uma vez que conteúdos visuais — como documentos fotográficos e projetos arquitetônicos — são mais atrativos, despertando a atenção do público e suas memórias afetivas. Nesse sentido, um fato interessante é que muitos seguidores da página do Facebook do APCBH também seguem páginas que compartilham fotografias antigas de Belo Horizonte.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, entrevistamos a equipe do Núcleo de Comunicação e um técnico do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa. Enquanto o Núcleo é responsável, entre outras atividades, pelo gerenciamento das redes sociais da instituição, o CDAP tem atribuições focadas à difusão do acervo, como apresentamos anteriormente. Por isso, a entrevista abrangeu essas duas áreas. Nos foi relatado que a página do Facebook do APESP foi criada em 2011 e, à semelhança do APCBH e Arquivo Nacional, as entrevistadas do Núcleo de Comunicação apontaram que seria interessante a participação de outros setores da instituição para a elaboração de conteúdo para as redes sociais, principalmente dos técnicos que trabalham no tratamento documental. Isso porque são eles que têm contato diariamente com os documentos (MELO, 2019b).

A equipe também relatou que a presença do APESP nas redes sociais proporciona visibilidade à instituição, todavia, é necessário que haja interação entre o Arquivo e o público. Como desvantagens do uso do Facebook, as entrevistadas apontaram a política de publicidade dessa rede, que cobra por anúncios, prejudicando a visibilidade das páginas pelos usuários. Em relação à elaboração do conteúdo textual compartilhado juntamente com os documentos, a equipe afirmou que são utilizados materiais disponíveis no sítio institucional do APESP, assim como livros e demais

sítios da internet. Além do texto base, também são incluídos os códigos de referência dos acervos documentais compartilhados.

Desde 2016, são publicadas efemérides na página do Facebook da instituição sobre datas importantes do calendário nacional. O conteúdo difundido que gera mais retorno do público na página são os documentos fotográficos, principalmente aqueles de personalidades brasileiras e de lugares da cidade de São Paulo. Sendo que as postagens de fotos antigas de São Paulo são as que mais provocam a interação do público. A equipe relatou também que costuma empregar acervos diversificados na difusão. Entre os conjuntos documentais usados, foram destacados os fundos Última Hora, O Movimento e Diários Associados. Apesar de as entrevistadas acreditarem que o documento fotográfico não possui lugar privilegiado nas postagens do Facebook, para elas, as publicações desse tipo promovem uma maior aproximação com o público.

Como melhorias a serem realizadas na página, a equipe do Núcleo de Comunicação destacou a exploração de mais conjuntos documentais, a participação de técnicos das áreas de tratamento documental na produção de postagens, o aprofundamento do conhecimento das redes sociais enquanto ferramentas e a elaboração de estratégias para o baixo retorno do público em algumas publicações, dentre outros aspectos.

O técnico do Arquivo Nacional nos apresentou uma visão geral da instituição nas redes sociais. De acordo com ele, desde 2014, o AN está presente no Facebook, contudo, somente dois anos mais tarde, em 2016, é que o trabalho nessa comunidade virtual passou a ser mais intenso. O principal objetivo dessa mudança foi a instituição almejar alcançar públicos diferentes, sobretudo, a partir do acervo documental sob a sua guarda. Isso porque a equipe que gerencia as redes sociais percebeu que a difusão do acervo atrai muitas pessoas, principalmente quando são compartilhadas fotografias antigas de cidades ou de personalidade. O retorno desse interesse é visto pelo número de pessoas que entram em contato com a Sala de Consultas do Arquivo Nacional para saber como acessar documentos publicados nas redes sociais. Estar nas redes sociais proporciona, à instituição, além de alcançar diversos públicos, ter sua marca conhecida pela sociedade (ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL, 2019).

O público da página do Facebook compreende pesquisadores, cidadãos em geral e interessados em fotografias e vídeos antigos, situação semelhante à do APCBH. Além dos recursos gratuitos das redes sociais, o técnico apontou que não estar nessas comunidades é perder uma oportunidade, já que grande parte da população brasileira possui conta em alguma rede social. Como desvantagem, está o fato de as redes sociais serem plataformas privadas, visto que a

instituição não possui domínio de possíveis alterações ou mesmo da existência da página. O entrevistado também comentou sobre a questão dos algoritmos do Facebook e a dificuldade de atingir o público. Por isso, o Arquivo Nacional possui como estratégia a publicação de efemérides, por ser um tipo de conteúdo que atrai as pessoas.

Assim como as outras instituições analisadas, o AN também elabora o texto da postagem a partir de artigos científicos, livros, publicações institucionais e sítios da internet. O código de referência do documento difundido também é incluído no texto. Em relação à difusão de documentos fotográficos, o entrevistado relatou que, inicialmente, esse gênero documental foi empregado nas postagens para mostrar ao público que o Arquivo Nacional também possui a guarda de outros documentos e não somente do documento textual, gênero normalmente vinculado às instituições arquivísticas. Essa estratégia teve boa repercussão entre os seguidores da página, contudo, à época da entrevista, em 2019, os técnicos que gerenciam as redes sociais da instituição estavam com nova proposta de diversificar a difusão a partir do compartilhamento de outros gêneros documentais.

Em relação ao uso de conjuntos documentais para a difusão de fotografias, o entrevistado relatou que, a partir do momento em que o Arquivo Nacional passou a usar constantemente as redes sociais, em 2016, havia dois grandes fundos já digitalizados, Correio da Manhã e Agência Nacional, o que favoreceu a frequente utilização deles pela instituição no Facebook. Porém, têm-se buscado a difusão de outros acervos documentais, estratégia que foi destacada como um dos pontos que o Arquivo Nacional pode melhorar em relação à sua atuação nas redes sociais, especificamente no Facebook. O técnico também apontou o uso de outros documentos além de fotografias, a interação com páginas de outras instituições, não repetir o mesmo documento em postagens com a mesma temática, assim como apresentar mais atividades do AN e ter propostas de difusão que ultrapassem as efemérides.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a análise das postagens quanto as entrevistas nos revelam que o documento fotográfico é o gênero documental mais difundido pelo Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte no Facebook. Enquanto, na análise, temos a parte quantitativa da difusão da fotografia, nas entrevistas pudemos questionar e descobrir o motivo desse gênero documental ser o mais compartilhado por essas instituições nessa rede social. De maneira geral, as instituições usam a fotografia porque esse é um documento

que atrai o interesse do público, justamente por sua estrutura visual evocar as memórias individuais e coletivas. Por isso que as postagens com documentos fotográficos possuem temáticas que chamam a atenção do público, como lugares e personalidades. Somada a essa estratégia, temos igualmente a questão de os Arquivos difundirem efemérides, o que possibilita o uso de fundos jornalísticos e de assessoria de comunicação, já que eles possuem diversas fotografias que abrangem uma enorme gama de assuntos.

A análise das postagens de documentos fotográficos revelou que as instituições precisam ser mais cautelosas, principalmente, no que diz respeito à inserção da identificação do conjunto documental difundido e do código de referência. Assim também, os documentos fotográficos não podem ser difundidos apenas como ilustração de determinado tema de postagem porque isso acarretaria a aceitação por parte dos Arquivos da ideia de o documento fotográfico ser considerado como especial e não sob o viés arquivístico. A difusão nas redes sociais deve ser pensada sob a perspectiva arquivística, por isso, reiteramos o uso de “difusão arquivística” e não somente “difusão”. Outro ponto é a diversificação dos conjuntos documentais, mais fundos e coleções precisam ser difundidos para que o público tome conhecimento do riquíssimo acervo documental custodiado pelas instituições arquivísticas.

A elaboração da pesquisa também nos levou a discutir a importância de políticas arquivísticas, sobretudo, de políticas voltadas à difusão. Isso porque é necessário que a difusão, no nosso caso, nas redes sociais, seja estruturada a partir de um viés institucional e não pessoal – pela perspectiva do técnico que gere a página. Difundir envolve poder, por isso, é preciso definir uma série de critérios, desde a seleção do documento a ser publicado até o retorno/interação com o público. Estar presente na internet, principalmente nas redes sociais, faz com que o público crie expectativas acerca da instituição, dessa forma, o trabalho de difusão deve ser discutido institucionalmente, em seguida, estruturado em uma política que seja conhecida tanto internamente como pela sociedade. A transparência dos Arquivos é notada quando essas instituições tornam suas escolhas conhecidas.

Em período posterior à elaboração e defesa da pesquisa, a partir de 2020, temos presenciado grandes mudanças na interação em sociedade, devido à pandemia da Covid-19. As instituições tiveram que ser fechadas e o relacionamento com o público passou a ser frequentemente mediado pela internet, inclusive pelas redes sociais. As instituições arquivísticas também se inseriram nesse cenário, assim, a difusão, de função secundária, passou a ser um dos principais focos dos Arquivos. Os últimos tempos têm sido um período de estabelecimento de

políticas de difusão, a partir da prática de ações assertivas ou não, já que as instituições foram colocadas às pressas nesse novo contexto. Por isso, um ponto esperançoso desse cenário pandêmico incerto, sem dúvidas, são as reflexões em torno da difusão, do acesso e da mediação com a sociedade, assim como a elaboração e implementação de políticas arquivísticas que os Arquivos vêm desenvolvendo.

Na oportunidade, agradecemos mais uma vez aos técnicos e instituições que gentilmente nos cederam as entrevistas. Conhecemos e pudemos dar visibilidade às suas políticas de difusão arquivística nas redes sociais, sobretudo, no Facebook. Esperamos que outros Arquivos possam se espelhar no trabalho do Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte para promoverem a difusão de seus acervos documentais e estarem presentes de maneira mais efetiva na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela; RODRIGUES, Georgete Medleg. Mediação cultural no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **TransInformação**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 255-264, set./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v27n3/0103-3786-tinf-27-03-00255.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo Nacional: 1838-2012**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 64 p.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/images/Relatorio_de_gestao/Relatorio_gestao_AN_2017_final.pdf. Acesso em: 13 set. 2019.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura/Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016. 240 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Site do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. [202-] Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros**. 2013. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12804#preview-link0>. Acesso em: 16 out. 2019.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/337/337>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 227-247.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.065, de 01 de agosto de 2017**. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11065/2017>. Acesso em: 1 out. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9662.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; *et al.* **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010. 128 p.

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000, p. 217-231. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2123>. Acesso em: 8 maio 2019.

ENTREVISTADA – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Belo Horizonte, Brasil, 21 ago. 2019. (75 min.). Entrevista concedida a Suellen Alves de Melo.

ENTREVISTADO – ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro (Capital), Brasil, 23 jul. 2019. (166 min.). Entrevista concedida a Suellen Alves de Melo.

ENTREVISTADO – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo (Capital), Brasil, 28 ago. 2019. (26 min.). Entrevista concedida a Suellen Alves de Melo.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/42570>. Acesso em: 8 maio 2019.

FACEBOOK DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 2017. **Postagem “Em 25 de janeiro de 1663...”**. Publicada em: 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/apcbh/photos/a.283907441726928/1165088910275439/?type=3&theater>. Acesso em: 04 dez. 2018.

FLICKR ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<https://www.flickr.com/people/arquivoestadosp>. Acesso em: 14 mar. 2021.

KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online**: ação educativa no universo virtual. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015. 360 p.

LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos**: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. 2008. 259 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11092008-145559/pt-br.php>. Acesso em: 13 maio 2019.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Maços, latas e softwares: o Arquivo Público do Estado de São Paulo e suas reconfigurações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 231-242, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/42448>. Acesso em: 5 maio 2021.

MELO, Suellen Alves de. **A fotografia como documento arquivístico e seu lugar nos arquivos municipais**: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. 2017. 89 f. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MELO, Suellen Alves de. **Difusão de documentos fotográficos**: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook. 2019a. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019a. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35536/1/MELO%20%282019%29.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MELO, Suellen Alves de. Entrevista com técnicas do Núcleo de Comunicação do Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo (Capital), Brasil, 28 ago. 2019b. (97 min.).

PARRELA, Ivana Denise. Coleções e publicações documentais no Brasil: estratégias e temporalidades – 1930-1990. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 91-108.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 30, de 10 de março de 1892**. Cria a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado. Disponível em:

<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=18920311&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=2274>. Acesso em: 4 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 29.922, de 18 de outubro de 1957**. Regulamento do Departamento do Arquivo do Estado. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1957/decreto-29922-18.10.1957.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 54.276, de 27 de abril de 2009**. Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54276-27.04.2009.html>. Acesso em: 11 set. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 20, de 08 de março de 1842**. Estabelece nesta cidade um arquivo público provincial. Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1842/lei-20-08.03.1842.html>. Acesso em: 4 out. 2019.

NOTAS DE AUTORIA

Suellen Alves de Melo

Arquivista e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde, atualmente, cursa doutorado na mesma área. Tem experiência profissional em gestão documental e organização de arquivos permanentes em instituições de Belo Horizonte. Seus interesses de pesquisa são focados nas seguintes temáticas: documentos fotográficos, políticas arquivísticas, difusão e acesso.

<http://lattes.cnpq.br/8551219901342620>

Ivana Parrela

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), especialização em Organização de Arquivos pela Universidade de São Paulo (1991), mestrado (2002) e doutorado (2009) em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora associada de Arquivologia do Departamento de Teoria e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiências profissionais nas áreas de Arquivologia e História, trabalhando principalmente com os seguintes temas: memória e história institucional, ações educativas em arquivos, política de acesso e difusão em arquivos e história das instituições arquivísticas. Líder do grupo de pesquisa Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais.

<http://lattes.cnpq.br/6442935126020226>